



Índice

- 01** Minidocumentário revela que ditadura criou campos de concentração indígenas
- 02** Museu do índio ganhará sessão de Ciências Naturais
- 03** Comissões aprovam audiência pública sobre marco legal da biodiversidade
- 04** Alagoas incentiva criação de peixe em tanque rede e gera renda
- 05** Navio da Previdência presta atendimento a comunidades do Rio Paraguai
- 06** O desafio de melhorar a gestão dos sistemas costeiros e marinhos
- 07** Eunício se reúne com pescadores e garante lutar por direitos
- 08** Movimentos sociais ocupam rodovias no Paraná
- 09** Cerca de 400 manifestantes interditam BR-251, no Norte de MG
- 10** Deputado Maurão quer evitar retirada de famílias às margens da BR-364
- 11** Rio começa a baixar em Porto Acre, mas situação ainda é preocupante
- 12** Cheia Em Humaitá Invade Casas E Ameaça Isolar Cidade
- 13** Ruralistas pedem reabertura de comissão da PEC 215
- 14** Rose Modesto e Fátima Azambuja visitam maior aldeia urbana do Brasil
- 15** Região Norte recebe missão acadêmica do Mais Médicos
- 16** ACIBRN realiza assembleia para discutir Plano de Gestão Territorial e Ambiental nas comunidades de abrangência, no Baixo Rio Negro



- 17** Assembleia Geral dos povos indígenas de Roraima inicia com o resultado da eleição para a nova coordenação geral do CIR
- 18** Educação escolar indígena
- 19** Desrespeitados e impactos por Belo Monte, moradores ocupam loteamento Jatobá, em Altamira
- 20** Polícia dá ultimato para expulsão de 50 famílias Guarani-Kaiowá de Kurusu Ambá (MS)
- 21** Primeiro Conselheiro do Cimi divulga Carta Aberta à Dilma
- 22** Conselheiros Locais de Saúde Indígena do DSEI Vilhena são capacitados
- 23** Secretário e vereador indígena discutem a situação do DSEI Kayapó MT
- 24** Índio quer abrigo
- 25** O STF golpeará a Constituição Federal e os Povos Indígenas?
- 26** MST e pescadores acampam em prédio da SDA, em Fortaleza
- 27** CHEIA - Rio Madeira atinge cota de inundação e Defesa Civil trabalha na remoção de famílias



Minidocumentário revela que ditadura criou campos de concentração indígenas
SÍTIO CEDEFES, 10.03.2015

Reportagem de André Campos mostra que índios foram submetidos a trabalhos forçados e torturas

De 1969 até meados da década de 1970, a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve silenciosamente em Minas Gerais dois centros para a detenção de índios considerados "infratores". Para lá foram levados mais de cem indivíduos de dezenas de etnias, oriundos de ao menos 11 estados das cinco regiões do país. O Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), eram geridos e vigiados por policiais militares sobre os quais recaem diversas denúncias de torturas, trabalho escravo, desaparecimentos e intensa repressão cultural. Os presos incluíam até mesmo indivíduos que lutavam contra a invasão de áreas hoje oficialmente reconhecidas como território indígena.

Muito pouco se divulgou sobre o que de fato acontecia nesses campos de concentração étnicos. Se a reparação dos crimes cometidos pela ditadura nas cidades brasileiras ainda engatinha, nas aldeias situação é ainda pior. Até hoje, nenhum índio ou comunidade indígena foi indenizado pelos crimes de direitos humanos ocorridos nesses locais. Nunca houve qualquer manifestação formal do Estado brasileiro reconhecendo a existência de tais crimes.

Veja aqui o minidocumentário originalmente publicado em junho de 2013 na reportagem "Ditadura criou cadeia para índios com trabalho forçado e torturas", do Concurso de Microbolsas de Reportagem da Pública:

[Assista ao vídeo.](#)



Museu do Índio ganhará sessão de Ciências Naturais

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 10.03.2015

Atualmente, o complexo conta com um acervo de aproximadamente 40 mil peças

O Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB), localizado no Parque das Nações Indígenas será ampliado e receberá a sessão de Ciências Naturais. O governo do Estado será um dos parceiros no projeto.

O governador Reinaldo Azambuja visitou o espaço nesta terça-feira (10), a pedido das instituições mantenedoras do local, a Missão Salesiana de Mato Grosso (MSMT) e a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Reinaldo conheceu as instalações do museu onde está exposta a coleção de Ciências Humanas. Ele também visitou a parte externa do prédio, onde será implantada, futuramente, a sessão de Ciências Naturais. "Tem uma proposta para nós consolidarmos o espaço das Histórias Naturais, pois tem um acervo grande a ser disponibilizado para visitação", disse.

Atualmente, o complexo conta com um acervo de aproximadamente 40 mil peças, mas nem todas estão à disposição da contemplação do público por causa do espaço físico do museu. "Hoje temos inaugurada e funcionando a parte etnográfica. Mas a parte de Ciências Naturais, que tem animais empalhados, fósseis, borboletas, conchas, não está completa", disse o reitor da UCDB, padre José Marinone.

Parceria público-privada

O governador anunciou que existe o projeto de parceria público-privada para a ampliação do Museu das Culturas Dom Bosco. "É um projeto viável, cabe a nós construirmos uma parceria, o poder público e a iniciativa privada, para que se conclua essa etapa final", disse. Reinaldo pediu para os secretários de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Jaime Verruck, estudarem a execução do projeto de expansão com a reitoria da UCDB e a Missão Salesiana.

"Queremos que o Estado, juntamente conosco, possa fazer com que essa ideia se concretize o mais breve possível. Existe vontade política de fazer e concretizar a obra, então vamos em frente. É uma parceria que queremos fazer: Missão Salesiana, UCDB e Governo do Estado", completou o padre Marinone.

Museu

Popularmente conhecido como Museu do Índio, o Museu das Culturas Dom Bosco foi

CONT.



inaugurado nas dependências do Colégio Dom Bosco de Campo Grande no ano de 1951. Em 1978, o acervo foi transferido para um prédio na Rua Barão do Rio Branco, no Centro da Cidade, e em 2009 passou a funcionar dentro do Parque das Nações Indígenas.

O local recebe, em média, 200 mil visitantes por ano. Segundo a conservadora da Coleção de Etnologia do museu, Carla Calarge, a sessão de Ciências Humanas do Museu das Culturas Dom Bosco mostra um pouco da história dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul: ofaié, kinikinau, guató, kadiwéu, terena, atikum e guarani-kaiowá.

“É uma exposição contextualizada, que explica um pouco da história mítica e de como esses povos pensam o mundo. A coleção Bororo, por exemplo, tem toda a representação da aldeia, as duas metades, os clãs que compõem essa etnia e os objetos do ritual funeral. Os próprios indígenas vieram e participaram da confecção da exposição”, explicou.



Comissões aprovam audiência pública sobre marco legal da biodiversidade
SÍTIO CENÁRIO MT, 10.03.2015

As Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovaram nesta terça-feira (10) requerimentos para realização de audiência pública conjunta sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 2/2015, que institui o marco legal da biodiversidade. O projeto será relatado pelo senador Jorge Viana (PT-AC) na CMA e pelo senador Telmário Mota (PDT-RR), na CCT.

O projeto também tramita nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que deverão participar da audiência pública conjunta, após aprovação de requerimento nesse sentido, o que deve ocorrer ainda nesta semana. A matéria terá votação final em Plenário.

Jorge Viana alerta para a importância da matéria e o curto prazo regimental para o exame da proposta, que tramita em regime de urgência e passará a trancar a pauta do Plenário se não for votada até 10 de abril.

— O prazo é curto, mas precisamos dar atenção e valorização ao debate. Já estamos procurando organizar audiências conjuntas, pois é uma matéria estratégica para o país — afirmou.

O PLC 2/2015 busca facilitar a pesquisa com plantas e animais nativos e a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial desse patrimônio genético e do conhecimento sobre ele desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais. O texto foi apresentado pelo Executivo e modificado na Câmara.

Convidados

Serão convidados para o debate as ministras do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, além do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e o secretário-geral da Presidência da República, Miguel Rossetto.

Devem participar ainda os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade; da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), João Martins; e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader.

Também serão chamados a discutir o tema com os senadores Sônia Guajajara, representante da entidade Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Maciano Toledo, da Via Campesina; Joaquim Belo, do Conselho Nacional de Extrativistas; Cláudia Pinho, da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais; e André Dalagon, da Articulação Nacional de Agroecologia.

CONT.



Deverão ainda participar do debate a presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Maria Emília Pacheco; Flávio Azevedo, representante da Fundação Nacional do Índio; Maurício Guetta, representante do Instituto Socioambiental; e Débora Duprat, representante do Ministério Público Federal.

Frente ao grande número de convidados, Jorge Viana sugeriu que seja realizada mais de uma audiência pública, em datas a serem decididas pelos presidentes das comissões envolvidas.

Polêmica

Durante a discussão do tema na CCT, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) discordou da sugestão de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) de convite à Via Campesina, por ter essa entidade invadido centro de pesquisa em Itapenininga (SP) no último dia 5 e destruído pesquisas com eucalipto transgênico. A manifestação de Aloysio Nunes acabou gerando uma nota de repúdio da CCT ao ato em São Paulo, mas a sugestão para ouvir os movimentos sociais foi aprovada.

Ao falar sobre críticas ao projeto feitas por entidades que representam populações indígenas e comunidades tradicionais, Jorge Viana disse ser fundamental que populações locais tenham voz na construção do marco legal da biodiversidade. No entanto, ele reconhece que o tema é de difícil consenso.

— Todos têm a mesma preocupação, mas o Brasil precisa ter um instrumento [para regular o uso da biodiversidade]. A pior situação é a que temos vivido até aqui, onde todos reclamam da biopirataria, reclamam que o Brasil não valoriza seus recursos genéticos, mas não se toma uma decisão — afirmou.

O parlamentar disse que trabalhará pelo melhor projeto possível, com aperfeiçoamentos necessários, mas de forma a aprovar a matéria no prazo disponível.



Alagoas incentiva criação de peixe em tanque rede e gera renda

SÍTIO AQUI ACONTECE, 10.03.2015

Com mais de 100 mil alevinos entregues, por mês, às comunidades ribeirinhas, o Governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura (Seapa), proporciona a geração de emprego e renda a mais de 300 famílias carentes que fazem parte do programa de criação de peixes em módulos de tanque rede.

Produtos nas estações de piscicultura da Seapa nos municípios de Rio Largo e de Piranhas, os alevinos são doados gratuitamente. No total, são 15 módulos, formado por 34 tanques rede, com cada um deles atendendo a 20 famílias.

Segundo o superintendente de Desenvolvimento da Aquicultura, Manoel Sampaio, já foram entregues 27 mil alevinos de tilápia revertidas sexualmente para os módulos Santa Clotilde, Santo Antonio e São João localizados, respectivamente, nos municípios de Rio Largo, Boca da Mata e Limoeiro de Anadia.

“Já neste mês de março, foram recebidas 250 mil larvas de tambaqui proveniente de doação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) que serão soltos em barragens a partir do mês de abril”, finalizou Sampaio.

por Agência Alagoas



Navio da Previdência presta atendimento a comunidades do Rio Paraguai

SÍTIO PORTAL EBC, 10.03.2015

Katiana Rabelo

Trabalhadores ribeirinhos que vivem em regiões na calha do Rio Paraguai, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul vão ter acesso a serviços da Previdência.

Funcionários do INSS, Instituto Nacional do Seguro Social, embarcaram em um navio pela região pantaneira com destino a quatro comunidades que ficam às margens do Rio Paraguai. Com a visita, os trabalhadores ribeirinhos poderão contribuir com a Previdência e receber benefícios como aposentadoria, salário-maternidade e auxílio-doença.

O especialista em gestão de benefícios da Superintendência Norte e Centro-oeste do INSS, Paulo César Fernandes, destaca que a região pantaneira fica alagada até em período de estiagem, o que dificulta o acesso dos ribeirinhos a seus direitos.

Funcionários das secretarias de segurança dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, da Defensoria Pública e de cartórios eleitorais também estão na comitiva pela calha do Rio Paraguai para fornecer documentos civis aos ribeirinhos que não os têm.

Os primeiros pantaneiros que serão atendidos pelos servidores do INSS vivem na localidade de Jatobazinho, no estado de Mato Grosso do Sul. Eles vão ficar no local até a quinta-feira. No fim de semana, os funcionários seguem para Paraguai-Mirim.

Nas próximas duas semanas, o atendimento do INSS vai ser em Mato Grosso, nas comunidades de Barra do São Lourenço e Santo Antônio das Lendas.

O desafio de melhorar a gestão dos sistemas costeiros e marinhos

SÍTIO O ECO, 10.03.2015



Praias de Boqueirão e Bitingui, em Japaratinga. Foto: Costa dos Corais Convention e Visitors Bureau

Maurício Thuswohl

Em entrevista exclusiva concedida ao ((o))eco alguns dias antes do início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a ministra Izabella Teixeira apontou a gestão dos sistemas costeiros e marinhos como um dos grandes desafios do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2015. O objetivo do governo é realizar ainda este ano o ordenamento da atividade pesqueira no Brasil, complexa tarefa que tentará equacionar os interesses do setor pesqueiro industrial, a sustentabilidade da pesca artesanal, a preservação dos ecossistemas e espécies ameaçadas e a recuperação dos estoques de espécies de alto valor econômico, muitas delas em estado crítico, segundo a Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.

O ordenamento pesqueiro será realizado pelo MMA e pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em um sistema de gestão compartilhada: "Vamos colocar o ordenamento pesqueiro em um patamar com bases mais sólidas e duradouras, para termos resultados tanto em termos de

CONT.



recuperação de espécies ameaçadas que estão em declínio populacional quanto para a viabilidade social e econômica da pesca", diz Roberto Galucci, gerente de Recursos Pesqueiros do MMA. Segundo ele, o ordenamento permitirá "uma gestão pesqueira pautada no conhecimento científico e no conhecimento tradicional, num suporte de informações de monitoramento de pesquisa e de contribuição dos diversos segmentos que estão relacionados à pesca, de pescadores artesanais a industriais".

O governo aposta que a dificuldade em aliar interesses díspares será vencida pelo sistema de gestão compartilhada. Há o desafio de colocar em execução uma série de comitês de gestão da pesca que serão assessorados por subcomitês científicos: "Por meio desses comitês, onde participarão tanto o setor industrial quanto o artesanal, além de outras instituições da sociedade, como, por exemplo, ONGs de meio ambiente, serão feitas recomendações para as medidas de ordenamento. Com a avaliação por parte dos subcomitês científicos, essas medidas podem ser recomendadas e encaminhadas para aprovação dos ministros e posterior publicação", diz Galucci.

Em curto prazo, diz o técnico do MMA, estão sendo revistas as normas gerais para o funcionamento dos comitês e demais colegiados do sistema: "Estão sendo revistas também estratégias para produção de informações e monitoramento que permitam gerar dados para a base científica de decisão. Nesse sentido, o MPA tem anunciado a retomada da estatística pesqueira nacional. O MMA, por meio dos centros de pesquisa do Instituto Chico Mendes (ICMBio), vai continuar avaliando o estado de conservação das espécies marinhas. Outras medidas, como a produção de dados científicos, são de médio e longo prazo".

"Nos últimos 30 anos muito pouco tem sido feito pela conservação marinha no Brasil", diz Rodrigo Medeiros, vice-presidente da Conservação Internacional Brasil, para quem a ministra "foi muito feliz em reconhecer esse desafio, já que uma das áreas em que talvez a gente tenha avançado menos na agenda de conservação do país é a conservação costeira e marinha". O ambientalista avalia que esta não é uma agenda fácil: "É uma agenda intrincada que vai requerer que a gente pense em novas formas de proteção para dar conta do desafio costeiro-marinho. Nesta área está concentrada mais de 80% da população brasileira, há pressão econômica pela atividade turística e pelo crescimento das cidades costeiras, mas também por outras atividades econômicas como a pesca, a carcinicultura, o petróleo, a mineração costeira, que vai começar forte agora, e todo o transporte de carga. É preciso desenvolver uma estratégia que dê conta de responder a isso".

Medeiros afirma que, no que diz respeito às áreas costeiras e marinhas, o Brasil está na contramão dos compromissos assumidos nas Metas de Aichi de preservação da biodiversidade: "O Brasil se comprometeu a atingir até 2020 a marca de 17% de território protegido em área terrestre e 10% em área marinha. No entanto, apenas 2% da nossa costa, de nosso litoral, é protegido sob alguma forma de Unidade de Conservação. Realmente é muito pouco, dada a importância da proteção dos ecossistemas costeiros e marinhos para o enfrentamento às mudanças climáticas", diz.

CONT.



Zonas de exclusão

O vice-presidente da Conservação Internacional Brasil considera fundamental o ordenamento da atividade pesqueira: "O que acontece hoje com a pesca mal planejada, a sobrepesca, o esgotamento dos estoques pesqueiros e a ameaça aos corais é um caso muito similar ao que aconteceu na Amazônia há 30 anos. Muito claramente, a gente precisa, além de uma estratégia de proteção, dialogar com esses diferentes desafios".

Medeiros diz ser preciso um melhor conhecimento sobre como é feita a atividade da pesca, seja ela industrial ou artesanal, e de que maneira o conhecimento sobre os estoques pesqueiros e a biologia das espécies podem ajudar o país a desenvolver melhores planos de gestão e de manejo dos estoques: "Dada a escassez de informação e a situação crítica em que hoje algumas espécies de importância econômica se encontram no Brasil, teremos que adotar em algumas situações e em alguns lugares medidas de restrição e até de no taking zone (não pesca), que não serão definitivas e permitirão a recuperação dos estoques pesqueiros. Seja tradicional ou industrial, a pesca vai ter que seguir algumas regras bem definidas de gestão para garantir tanto a manutenção de uma atividade econômica relevante quanto a manutenção do estoque".

Áreas de Preservação

Para o Ministério do Meio Ambiente, outro elemento fundamental para a gestão é a efetiva proteção das áreas de preservação costeiras e marinhas: "Onde existe estoque de peixes, onde tem recurso biológico se reproduzindo em estoque, é nas áreas protegidas. É preciso ampliá-las para proteger a pesca e assegurar o estoque peixeiro", diz a ministra Izabella Teixeira, citando como exemplo experiências exitosas em Santa Catarina: "A tainha hoje só é encontrada em Santa Catarina. No Rio de Janeiro e no Espírito Santo você não pesca mais, acabou. O mesmo com outras espécies como o congro e o pargo".

Roberto Galucci diz que resultados já estão sendo obtidos: "As áreas de proteção marinha, seja por meio de Unidades de Conservação ou áreas de exclusão de pesca, já têm mostrado vários resultados para a recuperação do estoque pesqueiro, o aumento da produtividade, a conservação das espécies e a manutenção do equilíbrio ecológico local", diz. Ele cita como exemplos de "experiências já relatadas e bem sucedidas" a área de exclusão de pesca da APA Costa dos Corais, no litoral de Alagoas e Pernambuco, e a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, no litoral da Bahia. Há também áreas de manejo e proteção de lagos na Amazônia por meio de acordos de pesca: "Essas áreas são indiscutivelmente importantes e já têm toda uma comprovação científica em termos de resultados positivos - ambiental, social e economicamente - para a produção pesqueira".

Galucci não revela quais serão as próximas UCs marinhas ou costeiras propostas pelo MMA: "O que nós já temos é uma identificação, que vai ser atualizada, de áreas de importância para a biodiversidade aquática por meio das Áreas Prioritárias Para Conservação e Uso Sustentável da

CONT.



Biodiversidade. Isso vai nos indicar áreas de importância, que poderão ser regulamentadas por meio de medidas de ordenamento. A ideia é compor com outras medidas que têm de ser discutidas com o MPA, como o controle de petrechos, as temporadas de pesca e o controle das frotas", diz.

Espécies ameaçadas

As reações contrárias de diversos setores da pesca nacional às tentativas feitas pelo governo de preservar espécies dá uma medida das dificuldades inerentes à execução de um ordenamento pesqueiro no Brasil. Além da habitual pressão exercida pelas empresas de pesca industrial, a oposição vem também de pescadores artesanais. Logo nos primeiros dias do ano, pescadores bloquearam por 30 horas o canal de entrada para o Porto de Itajaí (SC) para pedir a retirada de 80 espécies marinhas - de um total de 475 - que tiveram a pesca proibida por uma portaria do MMA.

"Pelo menos 25 embarcações autônomas, que atendem à indústria da pesca de Itajaí e empregam vários pescadores, terão de parar se forem impedidas de capturar espécies como cação, cherne e garoupa", disse, na ocasião, Manoel de Maria, presidente do Sindicato dos Pescadores de Itajaí. Para por fim à crise, o governo criou um grupo de trabalho com os pescadores para rediscutir a portaria.

Outra reação emblemática a uma decisão do governo ocorreu no Amazonas, com a revolta dos pescadores contra a moratória de cinco anos determinada para a pesca da piracatinga, espécie necrófaga - pouco consumida no Brasil, mas muito apreciada em outros países da América do Sul - que é pescada com pedaços de carne de boto, espécie ameaçada de extinção. O Sindicato dos Pescadores do Amazonas divulgou nota afirmando que a moratória, que entrou em vigor no primeiro dia do ano, deixaria sem renda cerca de 70 mil pescadores que vivem da captura de uma média de 15 toneladas anuais de piracatinga no trecho do Alto Solimões: "Em vez de uma moratória tão longa, o governo deveria ensinar aos pescadores como pegar a picaratinga sem matar o boto", diz Ronildo Palmere, presidente do sindicato.

Incluído na Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, divulgada pelo governo em dezembro do ano passado, o boto, segundo o MMA, já teve sua população reduzida em 10% por influência da pesca da piracatinga. Ao todo, a lista classifica como ameaçados 353 espécies de peixes ósseos (310 de água doce e 43 marinhos) e 55 espécies de peixes cartilaginosos (54 marinhos e um de água doce). Ao todo, foram analisados 4.507 peixes, sendo 3.131 de água doce.

"A Lista de Espécies Ameaçadas é um diagnóstico que visa orientar as políticas de conservação e, principalmente, de recuperação das espécies que mostram, em um grau maior ou menor, um declínio populacional. Aquelas que mostraram um declínio maior ou uma maior perda de sua área original foram classificadas como criticamente ameaçadas e daí em diante, seguindo as categorias de ameaça. Esse diagnóstico não é o resultado final, ele é um relatório de uma situação que mostra que é preciso tomar medidas adicionais por parte do poder público, com o MMA coordenando essas políticas de recuperação das espécies", diz Galucci.



Eunício se reúne com pescadores e garante lutar por direitos

SÍTIO CEARÁ AGORA, 11.03.2015

O líder do PMDB, senador Eunício Oliveira, dá sequência, nesta quarta-feira (11/03), a articulação para mudanças nas regras do seguro defeso. Eunício recebeu, nessa terça-feira, em Brasília, pescadores de várias regiões do país que defendem mudanças na Medida Provisória (MP 665/14) que dispõe sobre o seguro defeso.

A MP altera regras do benefício – pagamento de um salário mínimo mensal durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. Os pescadores, em sua grande maioria dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, trabalham com a produção de lagosta. O apelo dos pescadores ao líder do PMDB é para o Governo Federal manter os direitos desses trabalhadores.

Eunício se colocou a disposição do grupo para mediar a discussão, mas enfatizou, ao conversar com os pescadores, que é favorável ao dispositivo já previsto na Medida Provisória que exige a atualização do cadastro desses profissionais. A medida, segundo o líder do PMDB, é necessária para a moralização do setor.

“O recadastramento é uma medida moralizadora e que defende os verdadeiros pescadores e assegura o direito desses profissionais”, expôs Eunício, ao ouvir, ainda,

Os pescadores ainda pediram a redução do período de defeso, passando do prazo máximo que é de cinco meses para quatro.

Eunício disse, nesta quarta-feira, em entrevista ao Jornal Alerta Geral, que as reivindicações dos pescadores terão o seu apoio. “Irei ao Governo Federal para preservarmos os benefícios dos pescadores que tanto lutam para dar uma vida mais digna aos seus filhos, aos seus familiares”, disse Eunício.



Movimentos sociais ocupam rodovias no Paraná

SÍTIO JORNAL DA MANHÃ, 11.03.2015

Desde às 9 horas de hoje, no Paraná, cerca de 38 organizações e movimentos sociais, realizam o fechamento de rodovias estaduais e federais.

A mobilização, que faz parte da "Jornada Nacional Unitária de Lutas dos Trabalhadores do Campo e da Cidade", tem como objetivo cobrar dos governos municipais, estadual e federal maiores investimentos na produção, industrialização e venda de alimentos, a retomada das compras com doação simultânea do Programa Nacional de Alimentação (PAA), e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Além disso, os trabalhadores exigem, agilidade na realização da Reforma Agrária com o assentamento das 6 mil famílias acampadas, maiores investimentos na educação e o não fechamento de escolas, a realização de uma Reforma Política com participação popular, políticas públicas de inclusão e desenvolvimento social – habitação, assistência técnica, etc-, garantia dos direitos dos trabalhadores atingidos por barragens, diminuição de impostos para os trabalhadores e a taxação das grandes fortunas.

No Paraná estão fechadas as rodovias estaduais e federais de Mauá da Serra, Arapongas, Jataizinho, Mandaguari, Campo Mourão, Cascavel, Nova Laranjeiras, e Francisco Beltrão nos trevos de Ampére, Marmeleiro, Itapejara, e entre Dois Vizinhos e Verê.

Participam da mobilização o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/Pr), Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, Terra de Direitos, União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural, entre outras.

Cerca de 400 manifestantes interditam BR-251, no Norte de MG
SÍTIO GLOBO.COM, 11.03.2015

*Manifestação faz parte da Jornada Nacional dos Povos do Campo.
Entre as reivindicações estão o direito a água e reforma agrária.*



Vários grupos participam do protesto (Foto: Ricardo Caroba)

A BR-251, em Montes Claros, no Norte de Minas, está interditada desde o início da manhã desta quarta-feira (11). Cerca de 400 representantes do Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Geraizeiros, Vazanteiros e Articulação Rosalino de Povos Tradicionais e Quilombolas fecharam a rodovia nos dois sentidos.

O grupo reivindica a agilidade na reforma agrária, desenvolvimento dos assentamentos, garantia do território dos povos e comunidades tradicionais e o direito a água.

Segundo a equipe de comunicação dos manifestantes, o protesto faz parte da Jornada Nacional dos Povos do Campo.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, inicialmente, somente a passagem de veículos de emergência estava sendo liberada, mas por volta das 12h o trânsito foi totalmente liberado. Ainda segundo a PRF, o congestionamento atingiu cerca de 12 quilômetros.



Boletim de Notícias - Edição nº 44/2015

Brasília, 11 de março de 2015.

Deputado Maurão quer evitar retirada de famílias às margens da BR-364

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 11.03.2015

O parlamentar defendeu que haja uma negociação equilibrada, para uma solução pacífica ao impasse, sem que haja prejuízos aos moradores.

Ao ser informado de uma ação de despejo contra moradores da Comunidade Rei do Peixe, às margens da BR-364, no município de Itapuã do Oeste, o presidente da Assembleia Legislativa do estado de Rondônia ALE/RO, deputado Maurão de Carvalho (PP), apresentou uma indicação à superintendência regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

De acordo com informações da Associação dos Pequenos Produtores Rurais dos Rios Conceição e Alegria, moradores do Rei do Peixe, Rio Preto, Ribeirinhos e Pescadores Artesanais (Asprocal), cerca de 70 famílias que residem na localidade, correm o risco de despejo numa ação na Justiça, que poderá ser cumprida no próximo mês de abril.

“Muitos residem há 20 anos na localidade, às margens da BR-364, sobrevivendo da pesca. Mas, o Dnit alega que é uma área de risco e que as famílias precisam ser removidas”, observou Maurão.

O parlamentar defendeu que haja uma negociação equilibrada, para uma solução pacífica ao impasse, sem que haja prejuízos aos moradores.

Autor: ALE/RO

Fonte: ALE/RO



Boletim de Notícias - Edição nº 44/2015

Brasília, 11 de março de 2015.

Rio começa a baixar em Porto Acre, mas situação ainda é preocupante

SÍTIO PORTAL EBC, 11.03.2015

Mais de 900 ribeirinhos, atingidos pela cheia do Rio Acre, resistem em deixar as propriedades

Em Porto Acre, rio começou a apresentar sinais de vazante, no entanto a situação ainda é preocupante. Praticamente todo o município foi atingido, apenas um bairro está livre dos alagamentos. Praticamente todos os serviços da cidade estão fechados. A prefeitura deu entrada no pedido de calamidade pública.

Mais de 900 ribeirinhos, atingidos pela cheia do Rio Acre, resistem em deixar as propriedades. Faltam kits de higiene, alimentos e colchões.

Cheia Em Humaitá Invade Casas E Ameaça Isolar Cidade

SÍTIO JORNAL DE HUMAITÁ, 11.03.2015



Vista aérea da cidade de Humaitá-AM, na cheia histórica do rio Madeira em abril de 2014 (Foto: Divulgação)

Humaitá-AM. A subida das águas do Rio Madeira já começou prejudicando o comércio e invadindo casas, além de atingir os bairros Santo Antônio/Matinha, Nossa Senhora do Carmo, Nova Esperança, São Francisco e Centro. Sendo que a qualquer momento pode ficar isolada via terrestre através da BR-319, próximo ao Km 1 sentido Porto Velho-Humaitá.

O comércio do município também tem registrado prejuízos devido às cheias do Rio Madeira. As águas têm avançado nas barracas provisórias (Feirinha), que estão na Av. Gusmão. "O comércio no entorno da feirinha está comprometido e quase parando" finalizou um dos comerciantes.

Sabe-se que vários ribeirinhos já perderam suas plantações nas margens do rio e que já há escolas com risco de ficar submersas.

CONT.



Isolamento

Em casos de acidentes e emergência, Humaitá depende de hospitais de Porto Velho. Com isolamento pessoas acidentadas podem morrer por conta da falta de assistência. Sem os acessos terrestres, a população enfrentará dificuldades para o atendimento de urgência e eletivos de saúde. No ano passado com as enchentes e o isolamento da cidade, pessoas que faziam o tratamento de hemodiálise estavam ficando em Porto Velho, pois não tinha como retornar ao município.

Em (2014), 92 escolas ficaram submersas, 15 mil estudantes ficaram sem aula em Humaitá, no Sul do Amazonas, 600 km de Manaus, após as escolas serem invadidas pelas águas. Os problemas começaram em abril, e os alunos ficaram quase três meses sem aula. Uma unidade foi totalmente destruída, segundo a prefeitura.



Boletim de Notícias - Edição nº 44/2015

Brasília, 11 de março de 2015.

Ruralistas pedem reabertura de comissão da PEC 215

SÍTIO GLOBO RURAL, 11.03.2015

Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, responde que só falta os partidos indicarem os participantes



Reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária teve a presença do presidente da Câmara, Eduardo Cunha
(Foto: Divulgação/FPA)

A Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) pediu ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a reabertura da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional 215. Cunha participou da reunião semanal da bancada ruralista, em que é discutida a atuação do colegiado no Congresso Nacional.

A PEC 215 transfere do Poder Executivo para o Legislativo a competência para definir demarcações de territórios indígenas. Segundo a FPA, o relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC) deveria ter sido votado na legislatura passada, mas ficou pendente.

Com o fim da legislatura, os projetos são arquivados e devem ser recolocados as comissões devem ser novamente ativadas, com nova confirmação de participantes. No encontro, o presidente da Câmara informou que a Comissão Especial está reaberta.

“Eu recriei a comissão e só falta os partidos indicarem para ser reinstalada a comissão. Da minha parte, fiz o que tinha que fazer”, disse Cunha, em áudio divulgado no site da Frente Parlamentar Agropecuária.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44/2015

Brasília, 11 de março de 2015.

Ainda segundo a FPA, Eduardo Cunha se comprometeu a participar de algumas reuniões semanais para a discussão da pauta da bancada. "Ele assumiu o compromisso de uma vez por mês ouvir, na sede da FPA, a bancada ruralista, que lhe emprestou apoio em sua campanha para presidência da Casa", diz nota sobre a reunião.

Rose Modesto e Fátima Azambuja visitam maior aldeia urbana do Brasil
SÍTIO PANTANAL NEWS, 11.03.2015



Dourados (MS)– A equipe da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast) e primeira-dama, Fátima Azambuja, participaram, nesta terça-feira (10), em Dourados, da primeira visita à maior aldeia indígena urbana do País, o complexo Bororo e Jaguapiru, com total de 15 mil habitantes.

A primeira-dama lembrou que fortalecer as políticas públicas para os índios é compromisso de campanha do governador Reinaldo Azambuja. O compromisso começa a ser cumprido logo no primeiro período de sua gestão, com a criação da pasta específica para atender os índios – ligada à Sedhast. “Essa é uma promessa de campanha e, portanto, será cumprida”, destacou a primeira-dama.

Vice-governadora e secretária, Rose Modesto disse aos índios para aproveitarem as oportunidades como o Vale Universidade Indígena, que está com inscrições abertas até o próximo dia 19 (mais informações: www.sedhast.ms.gov.br).

Já a gestora estadual de Políticas Indígenas, Silvana Albuquerque, explicou que a visita é a primeira em uma aldeia do Estado e que a programação está prevista demais cidades da Capital e interior. “Hoje também estamos aqui para alertar as mulheres sobre a necessidade de denunciar qualquer tipo de violência cometida contra elas”, destacou a gestora ao referir-se ao Mês da Mulher programado pela Sedhast.

Michelle Rossi e Leomar Rosa (Assessoria da vice-Governadoria e Sedhast)



Região Norte recebe missão acadêmica do Mais Médicos

SÍTIO PORTAL BRASIL, 11.03.2015

Missão, que segue até a próxima sexta (13), vai atender 95 médicos em 20 municípios do Amazonas e do Pará

O Grupo Nacional de Supervisão enviou, na última segunda-feira (9), a segunda missão de supervisão acadêmica do programa Mais Médicos à região Norte. Nesta missão, que vai até a próxima sexta-feira (13), serão atendidos 95 médicos em 20 municípios do Amazonas e do Pará.

O Grupo Nacional de Supervisão é uma estratégia utilizada pela Diretoria de Desenvolvimento de Educação em Saúde (DDES), da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação, para garantir a supervisão acadêmica dos profissionais que atuam no Mais Médicos em locais de difícil acesso da região Norte. A primeira missão de supervisão foi realizada em janeiro e o programa tem periodicidade bimestral.

Para conseguir chegar aos médicos, os supervisores utilizam aviões, barcos, balsas e automóveis. A logística do transporte envolve os ministérios da Educação, da Saúde, da Defesa, as Forças Armadas e as secretarias de saúde dos estados.

Esta segunda missão visitará as cidades de Barcelos, Juruá, Fonte Boa, Santa Isabel do Rio Negro, Tapauá, Canutama, Labrea, Santo Antônio do Iça, Manicoré, Tonantins, São Paulo de Olivença, Itamarati, Nova Aripuanã, Amaturá, no Amazonas.

No Pará, serão feitas as supervisões em Almeirim, Pacajá, Santa Cruz do Arari, Cametá, Altamira e Uruara. Labrea e Amaturá atenderão também os médicos lotados nos distritos sanitários especiais indígenas do Médio Purus, em Labrea, e do Alto Rio Solimões, em Amaturá.

A ação é uma articulação do MEC, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, Universidade de Brasília, Fiocruz/Fiotec, Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e Universidade Federal do Pará.

Mais Médicos

O Programa Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 44/2015

Brasília, 11 de março de 2015.

Com a convocação de médicos para atuar na atenção básica de municípios com maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), o governo federal garantirá mais médicos e mais saúde para o Brasil.

A iniciativa prevê também a expansão do número de vagas de medicina e de residência médica, além do aprimoramento da formação médica no País.

Fonte:
Ministério da Educação
Ministério da Saúde



ACIBRN realiza assembleia para discutir Plano de Gestão Territorial e Ambiental nas comunidades de abrangência, no Baixo Rio Negro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015

A ACIBRN-Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro, é uma das mais antigas organizações criadas no Rio Negro, foi fundada no dia 16 de outubro de 1988, na comunidade Curicuriari, na região do Baixo Rio Negro

Terra e Cultura – FOIRN

Como as outras organizações indígenas criadas na época, a ACIBRN teve um papel fundamental no fortalecimento do Movimento Indígena no Rio Negro, especialmente na região do Baixo Rio Negro e na luta pela demarcação das Terras Indígenas do Médio Rio Negro I e II, junto com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.



Para debater o principais aprendizados que inclui dificuldades e problemas de gestão, e discutir os desafios atuais, como a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental na área de abrangência (15 comunidades), e a avaliação dos impactos da primeira temporada do Projeto de turismo comunitário de pesca no Rio Marié, realizado no segundo semestre de 2014, a ACIBRN realizou entre 4 a 6 de março em São Pedro uma assembleia que reuniu mais de 50 participantes, das etnias Baré, Dessana, Tukano e Baniwa.

Dos primeiros anos até os dias atuais da ACIBRN

“Invasão de garimpeiros e empresas mineradoras, chegada do Projeto Calha Norte...estávamos enfrentando tudo isso aqui no Rio Negro, quando começou a mobilização pela demarcação no Rio Negro, sobretudo, em Pari Cachoeira, no alto Rio Tiquié, ainda no final dos anos de 1970, e posteriormente outras calhas de rio começaram a aderir ao movimento, e se consolidou com a criação da FOIRN em abril de 1987. E mais tarde a demarcação das terras”- lembra Braz França, convidado especialmente para contar a história de criação da ACIBRN.

“Ao mesmo tempo que a FOIRN buscava se estruturar, algumas associações, as primeiras na região estavam sendo criadas em algumas comunidades, pois, estava muito claro para nós, que a única maneira de lutar contra essas invasões era nos organizando, criando associações. Embora não tínhamos muito conhecimento de como gerir essas instituições. Criamos a nossa associação (ACIBRN), e ela foi muito importante para lutarmos pela demarcação e para discutirmos os temas e desafios atuais”- diz Braz.

CONT.



Criada a associação, demarcadas as Terras Indígenas do Médio Rio Negro I e II, com a ida do Braz para assumir a FOIRN em 1990, a ACIBRN passou a buscar projetos para desenvolver nas comunidades. A primeira delas tinha o objetivo de incentivo à produção agrícola. O trabalho foi iniciado e alguns anos mais tarde não deu continuidade. Assim foram se passando os anos, entrava e saía diretorias, pouco trabalho foi feito.

Com a associação enfraquecida, mais recentemente, as pressões e a entrada de empresas de pesca esportiva no Rio Marié começaram a ficar intensas. "A pesca desordenada no Rio Marié permitiu, que as empresas disputassem a exclusividade de acesso, firmando contratos precários diretamente com algumas lideranças, desconsiderando a organização das comunidades. Empresas e comunidades não assumiam as responsabilidades necessárias à gestão sustentável e participativa da atividade. Sem os devidos estudos, monitoramento e fiscalização, ela causava conflitos sociais e impactos ambientais"- lembra uma das lideranças locais.

Diante da situação, algumas lideranças tiveram um papel importante no processo de fortalecimento da associação. "Ninguém mais queria saber sobre a nossa associação, as comunidades não acreditavam mais na existência. Diziam que a associação tinham acabado. Na assembleia que participei, ninguém queria mais assumir. Foi aí que decidi assumir o desafio. Mas, 8 meses depois tive que passar a responsabilidade para os outros, devido problema de saúde"- diz Gustavo, liderança da comunidade Nova Vida.

Gustavo e entre outras lideranças voltaram a visitar as comunidades e fazer um convite para todos para a retomada do fortalecimento da ACIBRN. A partir de então, a ACIBRN junto com a FOIRN e FUNAI, em envolvendo outros parceiros locais como o Instituto Socioambiental, iniciou-se junto com as comunidades a discussão da proposta do Projeto de turismo de pesca sustentável no Rio Negro (saiba mais sobre o projeto).

Plano de Gestão Territorial e Ambiental em construção

Nova diretoria foi eleita em novembro de 2013. As documentações foram legalizadas e deixadas em dia. Em 2014 iniciou o projeto de Pesca esportiva no Rio Marié, e em 2015, a ACIBRN junto com suas 15 comunidades associadas (foi incluído a comunidade Livramento I na assembleia realizada em São Pedro), vai iniciar a discussão e a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

As primeiras experiências iniciadas nesse sentido foram relatados em São Pedro pela Diretoria da ACIBRN, como também relatos foram feito pelos "Vigilantes Indígenas", responsáveis por fiscalizar o acordo de pesca feito nas 14 comunidades (15 a partir de agora).

Alguns resultados já são visíveis. "Alguns anos atras, já não existiam mais peixes, era difícil. Mas, agora, depois que começamos a nos organizar, respeitar os locais de uso tradicionais, os peixes estão voltando" – afirma o Roberto Pereira Lopes, atual presidente da ACIBRN.

CONT.



Marivelton Rodriguês Barroso, diretor da FOIRN de referência à região do Médio e Baixo Rio Negro, apresentou os 7 eixos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, e falou da importância desse instrumento para construção e implementação de planos para gerir as terras indígenas e que é um instrumento importante para o cumprimento dos direitos indígenas. De acordo ele, esses conhecimentos vêm apoiar na sistematização do conhecimento que os povos indígenas do Rio Negro já tem, pois, os conhecimentos de como se relacionar com os recursos naturais e como cuidar eles vem sendo repassados de geração para geração.

A construção do Plano será iniciada em uma oficina que vai reunir as 15 comunidades de abrangência da ACIBRN, nos dias 21 a 23 de março na comunidade Tapuruquara Mirin.

As 15 comunidades representadas pela ACIBRN – São Pedro, Cajuri, Arurá, Itapereira, Vila Nova, Livramento I e II, Bacabal, Irapajé, Ilha do Pinto, Castanheirinho, Mafi, Nova Vida, Boa Esperança e Tapuruquara Mirim – localizadas nas TIs Médio Rio Negro I e II.

“A nossa história, nossos erros (gestão) do passado servem para evitar esses a partir de agora”

A ACIBRN está aprendendo com sua própria história. E acredita que os jovens de hoje serão as lideranças que estarão na frente da associação nas próximas diretorias. Por isso, desde que foi eleita a atual diretoria, tem incentivado jovens e mulheres a participar das reuniões e oficinas realizadas.

Adelina Assis Sampaio, Coordenadora do Departamento de Adolescentes e Jovens (DAJIRN) da FOIRN, presente na assembleia, falou da importância da participação dos jovens no processo de fortalecimento das organizações indígenas no Rio Negro. E reafirmou que o DAJIRN é um espaço conquistado pelos adolescentes e jovens indígenas do Rio Negro, para lutar e defender a causa da juventude indígena. Como uma das cursistas do curso PGTA encerrado no final de fevereiro pela FOIRN, contou experiências e o que aprendeu no curso, e como esses conhecimentos irão contribuir no processo de construção de Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas no Rio Negro.

A CAIMBRN como as demais coordenadorias da FOIRN, vem buscando valorizar e trazer para os espaços de discussões e debates as lideranças antigas e conhecedores tradicionais para contribuir com experiências e conhecimentos nas reuniões, um fator fundamental para a formação de novas lideranças indígenas.

Para o Diretor Marivelton Rodriguês Barroso, reviver os momentos difíceis através de relatos das lideranças antigas, é muito importante para novas gerações de lideranças indígenas. “Conscientes dessa importância, estamos convidando sempre estas lideranças para as reuniões das associações para compartilhar suas experiências e ajudar nas discussões e debates dos desafios atuais”-disse.

CONT.



Espaços como esses, são muito importantes para a discussão e debates dos temas de interesse para as comunidades, onde decidem através de suas organizações o que e como querem organizar e lutar pela melhoria de qualidade de vida.

Para o combustível de deslocamento e alimentação durante os dois dias, a ACIBRN contou com o apoio do Projeto Direitos Indígenas e governança na bacia do rio Negro – financiado pela Rainforest da Noruega, que tem como objetivos de apoiar as comunidades indígenas através de suas associações no diálogo com políticas públicas de acordo com demanda das coordenadorias e associações e acompanhar as demandas das comunidades e associações de base por políticas do movimento indígena.

Foto: Participantes da Assembleia da ACIBRN em São Pedro, Baixo Rio Negro – SETCOM/FOIRN



Boletim de Notícias - Edição nº 44/2015

Brasília, 11 de março de 2015.

Assembleia Geral dos povos indígenas de Roraima inicia com o resultado da eleição para a nova coordenação geral do CIR
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015



A 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, com o tema "Fortalecer a nossa União, Cultura, Direito e Autonomia", terá início nesta quarta-feira, 11, no Centro Regional Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, abre as discussões com os resultados da eleição para a nova coordenação geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), incluindo a Secretaria do Movimento de Mulheres Indígenas. O evento vai até o dia 14 de março.

Foram indicados pelas comunidades indígenas para concorrer o pleito de dois anos, 2015 a 2017, os atuais coordenadores do CIR, o coordenador geral Mario Nicacio, Wapichana, comunidade indígena Pium, da região Serra da Lua, o vice-coordenador Ivaldo André, Macuxi, da comunidade Maturuca, região das Serras e da secretaria do movimento de mulheres indígenas, Telma Marques, Taurepang, da comunidade indígena Mangueira, região do Amajari. Além disso, as comunidades indígenas apresentaram novas indicações para concorrer à coordenação, Walter de Oliveira, Macuxi, da região Surumu e para Secretaria, Azila de

CONT.



Oliveira, da comunidade indígena Guariba, região da Raposa e Tereza Pereira de Souza, da comunidade indígena Maturuca, região as Serras, ambas do povo indígena Macuxi.

Os resultados saem após as deliberações da Assembleia, abertura oficial, apresentação cultural, leitura da ata da 43ª Assembleia Geral, informes das regiões e do CIR, e por último, o anúncio dos resultados que será feito pela comissão eleitoral formado por lideranças indígenas de diferentes regiões. A posse da nova composição está marcada para o final da Assembleia, no dia 14.

Os coordenadores atuais, se eleitos, vão para o terceiro mandato consecutivo, sendo que de acordo com Estatuto da organização indígena contempla a possibilidade de até três reeleições. O processo de votação ocorreu nas comunidades indígenas durante o período de dezembro a março, onde foram distribuídas pela comissão eleitoral as fichas de votação.

Breve avaliação da Coordenação Geral do CIR

Mario Nicacio avalia que durante os quatro anos de mandato a participação direta do CIR nas comunidades indígenas foi fundamental para fortalecer e garantir um trabalho de união com foco sempre voltado para garantia dos direitos conquistados. E considera que dedicar a vida pela causa indígena não é fácil, mas todo dia se têm resultados alcançados, resultados positivos. O jovem coordenador celebra o tempo de coordenação reafirmando que, independente do resultado da eleição para coordenação, a missão sempre foi e será o movimento indígena.

Ivaldo André, também avalia que, ao chegar ao quarto ano de coordenação, o mais importante da experiência é ter a clareza da política que o CIR faz há mais de 40 anos, a política de defesa dos direitos indígenas. Ivaldo apresenta que a demanda do CIR atualmente cresceu e que a preocupação é quanto à sustentabilidade dos povos indígenas. O Vice-coordenador destaca pontos positivos como a valorização e preservação da cultura indígena, a iniciativa das comunidades de buscarem alternativas de desenvolvimento da terra com ações sustentáveis e a própria organização social, política das comunidades, questão que tem sido discutido entre as comunidades indígenas.

Telma Marques da Silva aponta avanços na execução de projetos voltados para as mulheres indígenas, um deles, o Projeto Água na região do Murupu e o outro, a realização do seminário sobre direito, políticas públicas e relações de gênero, por meio do "Projeto Direito e Povos Indígenas" em parceria com o Departamento Jurídico do CIR. A Secretária avalia que a execução dos projetos é resultado da articulação da secretaria, onde tem buscando com entidades, órgãos públicos e demais parceiros, com o intuito de fortalecer o movimento de mulheres indígenas de Roraima.

Programação

De acordo com a programação, no primeiro dia, à tarde, a pauta será destinada para o diálogo

CONT.



com as lideranças tradicionais e a discussão sobre políticas públicas e gênero, envolvendo a participação das mulheres e jovens indígenas. À noite, haverá o lançamento do vídeo sobre Sementes Tradicionais, da publicação Amazad Pana`adinha – Percepção das Comunidades Indígenas sobre Mudanças Climáticas e a publicação sobre Acácia Mangium no entorno das Terras Indígenas.

No dia seguinte, 12, a programação começa com o debate sobre Etnodesenvolvimento nas terras indígenas, com destaque para o projeto “Uma vaca para o índio”, parceria da Diocese de Roraima e as comunidades indígenas de Roraima. Dando continuidade no período da noite, as lideranças indígenas avaliam as eleições partidárias de 2014.

O terceiro dia, 13, pela manhã, a pauta é destinada para discussão sobre questão fundiária, gestão territorial e ambiental, no contexto da vigilância e fiscalização, invasão, indenização, desintrusão, além da realização da última atividade do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Manoá-Pium, a validação do Plano. No período da tarde, as lideranças indígenas discutem sobre a saúde indígena.

E o último dia, pela manhã, as lideranças indígenas debatem sobre a educação indígena no estado de Roraima, seguindo para o planejamento regional e atividades do CIR e por fim, os encaminhamentos da 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima com a leitura do documento final do evento. À noite, haverá a cerimônia de posse da nova coordenação geral do Conselho Indígena de Roraima.

Fonte: Ascom-CIR

Foto: Povos indígenas se reúnem no auditório do Centro Regional, Lago Caracaranã, na TI Raposa Serra do Sol

Educação escolar indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015

A falta de recuperação das estradas vicinais das aldeias Apinajé impede a circulação do transporte escolar e deixa centenas de alunos (as) sem as aulas



Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Em razão da falta de recuperação e abandono das estradas vicinais da área Apinajé, os ônibus do transporte escolar estão impedidos de chegar até as aldeias para buscar os alunos. Ao menos 150 estudantes indígenas das aldeias Cocal Grande, Bacabinha, Recanto e Riachinho no município de Tocantinópolis e Barra do Dia no município de Maurilândia não podem frequentar as aulas na Escola Estadual Indígena Mătyk na aldeia São José e Escola Estadual Indígena Tekator na aldeia Mariazinha, localizadas na terra indígena Apinajé no Norte de Tocantins.

Todos os anos esses problemas se repetem e recentemente temos encaminhado ao prefeito de Tocantinópolis, Fabion Gomes de Sousa e ao Eng. Chefe de Residência do DERTINS nesta cidade, senhor Adauto Matsuo, ofícios e pedidos de manutenção e conservação dessas estradas vicinais, porém observamos que existe pouco interesse de parte desses gestores para resolver essa situação.

CONT.



As vezes que tivemos reunidos com essas autoridades, percebemos que eles não querem assumir nenhum compromisso e pretendem se livrar do problema, transferindo suas responsabilidades para a FUNAI; sugerindo que o órgão indigenista é que tem a obrigação de conservar as “estradas dos índios”. Essa é mais uma postura de má-fé com a finalidade de confundir e enganar as lideranças e não atender as reivindicações da comunidade. Essa também é uma forma sutil que inventaram para provocar desavenças internas e jogar as lideranças indígenas contra os servidores da FUNAI.

Se a regra fosse transferir responsabilidades para outros órgãos, poderíamos incluir também a SESAI e passar a cobrar desse órgão a recuperação das estradas da área indígena. Mas não é assim que funciona; pois a competência da SESAI é cuidar da saúde dos índios, assim como o papel da FUNAI é proteger e fiscalizar o território indígena, prestar apoio jurídico, assessoria e assistência social à comunidade.

Somos sabedores dos entraves e dificuldades financeiras pela qual passa a FUNAI; entraves esses criados pela própria classe política com a intenção de esvaziar o órgão indigenista oficial. Mesmo assim cientes da importância desse órgão governamental temos cobrado exaustivamente que o mesmo cumpra seu papel institucional. Nesse sentido não abriremos mão também de cobrar os demais órgãos de governo para que cumpram suas obrigações e funções públicas.

Considerando que a competência do DNIT é construir, recuperar e fazer a manutenção das rodovias federais, do DERTINS é fazer o mesmo nas rodovias estaduais, então concluímos que cabe aos municípios a tarefa e a responsabilidade de construir, recuperar e conservar as estradas vicinais de acesso aos povoados, vilas e aldeias indígenas.

Enquanto nenhum desses órgãos não se manifesta assumindo a manutenção das estradas da área Apinajé, os alunos continuam sendo prejudicados por negligência, irresponsabilidade e falta de compromisso com a Educação Escolar Indígena. Se nada for feito para recuperar as vias de acesso às aldeias, em breve todos os alunos indígenas que estudam nas escolas das aldeias Mariazinha e São José, ficarão impossibilitados de frequentar as aulas, comprometendo os benefícios sociais como o Bolsa Família.

Diante desses fatos estamos requerendo que o Ministério Público Federal no município de Araguaína, por meio de sua titular a senhora Procuradora Ludmila Vieira de Souza Mota realize em breve Audiência Pública com as participações dos referidos órgãos públicos envolvidos e demais interessados para discutirmos, buscarmos uma saída e apontar sob a ótica da lei de quem é a responsabilidade de fazer a manutenção e conservação das estradas vicinais das comunidades Apinajé.

Aldeia São José, 10 de março de 2015

Foto: Aspecto de trecho da estrada de acesso à aldeia Recanto – Antônio Veríssimo. Mar. 2015



Desrespeitados e impactos por Belo Monte, moradores ocupam loteamento Jatobá, em Altamira

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.03.2015

Por Xingu Vivo

Moradores das zonas rurais e urbanas de Altamira e região, impactados pelas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, desrespeitados e criminalizados pela Norte Energia e pelo Governo Federal de Dilma e companhia, ocuparam no início da manhã desta quarta-feira, 11, o "Loteamento Jatobá", local onde já foram assentadas algumas famílias que tiveram suas casas e lotes atingidos por Belo Monte.

Centenas de famílias começaram a se juntar desde cedo, partindo em direção ao referido loteamento. Neste local também está localizado um dos escritórios da empresa Norte Energia (NESA). Vinculado ao Jatobá existe outro loteamento, implantado as pressas pela NESA quando esta verificou que a quantidade de famílias atingidas era muito maior do que a empresa previu. As obras deste novo assentamento encontram-se ainda em estágio inicial.

Este é apenas mais um dos resultados da falta de planejamento e descompromisso com os cidadãos da região do Xingu e da Amazônia, historicamente impactados por grandes projetos como o de Belo Monte. O pior é que os planos neodesenvolvimentistas do Governo Dilma apontam para a construção de dezenas de grandes usinas hidrelétricas nos rios da Amazônia brasileira.

É bom lembrar que recentemente vazaram informações atribuídas ao diretor-presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini, preso durante a operação Lava-Jato, que para poder fechar o contrato de R\$5,1 bilhão para a construção de parte da usina de Belo Monte, esta empreiteira pagou 1% do valor da obra para PT e PMBD, o que resultou em "meros" R\$51 milhões para o time de Michel Temer e Renan Calheiros e mais 51 milhões para o partido da presidente Dilma Rousseff, ou seja, para ricos e corruptos, o milhão, para o povo, só dor e opressão.

Fonte: Comitê Xingu Vivo

Enviado para Com,bate Racismo Ambiental por Marquinho Mota.

Polícia dá ultimato para expulsão de 50 famílias Guarani-Kaiowá de Kurusu Ambá (MS)

SÍTIO CIMI, 11.03.2015



Frente à notícia de despejo iminente, mais de 50 famílias Guarani-Kaiowá passaram a clamar desesperadas por justiça no estado do Mato Grosso do Sul (MS). Um pedido da suspensão da liminar de despejo, peticionada pela procuradoria da Funai, encontra-se nas mãos do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Agora está com o presidente da Corte Suprema o poder de evitar mais uma tragédia anunciada contra os indígenas de Kurusu Ambá, tekoha - lugar onde se é - localizado nas imediações do município de Coronel Sapucaia, no sul do estado do MS, já na fronteira com o Paraguai.

Lembranças de sofrimento, dor, mortes, expulsões forçadas e vidas despedaçadas nas beiras das rodovias pesaram novamente na memória e no coração de cada um dos indígenas de Kurusu Ambá. Segundo o depoimento dos Guarani-Kaiowá, na última sexta-feira, dia 06 de março, sem consultar a Funai, órgão indigenista oficial, delegados da Polícia Federal acompanhados de um grupo de policiais se dirigiram até a terra indígena e anunciaram que o despejo da comunidade estaria marcado para o dia 16 de março, próxima segunda-feira. Os indígenas anunciaram ainda que segundo os próprios policiais, os delegados regressarão à comunidade no dia 12 de março, quinta-feira, com o intuito de convencer os Guarani-Kaiowá a se retirarem por "vontade própria" da terra que ocupam.

CONT.



Frente a esta situação, o rezador da comunidade, Yvyra'ijá, de 65 anos, declarou: "Eles já sabem qual a nossa posição. Todos sabem. Nós não podemos sair, esta é nossa terra, estamos aqui porque lá onde estávamos morrendo de fome enquanto usavam de nossa terra. Só queremos nosso espaço para plantar mandioca e ter direito a uma vida digna. Não nos moveremos porque não podemos, buscamos apenas o que é nosso, retomamos aqui porque sabemos que aqui é nosso, está lá nos estudos, a Funai já estudou, é só olhar. Retomamos este lugar em especial porque esta é nossa terra mãe, nossa terra tradicional. Respeitamos a Constituição, e só entramos onde é nosso de verdade. É muito duro para mim que sou velho ver as leis de um país que tanto amamos, nos tratando tão mal. Eles vão expulsar de novo nós que somos velhos e nossas crianças? Resistiremos. Resistiremos aqui porque não temos opção. Só sairemos daqui mortos, porque a estrada para nós significará morte também". Acompanhe matéria detalhada sobre o caso dos Guarani-Kaiowá de Kurusu Ambá aqui (<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7739>).

A decisão de despejo foi concedida no final do ano passado e é baseada essencialmente na interpretação referente ao marco temporal. Esta interpretação tendenciosa da Constituição tem sido utilizada pelos ruralistas para tentar restringir a demarcação à luz do que se refere o trecho da própria decisão do julgador: "E, não bastasse, é de se constar também que o reconhecimento do direito dos indígenas a terras que tradicionalmente ocupassem estaria condicionada à sua habitação ao tempo da promulgação da Constituição Federal de 1988, marco temporal condicionante estabelecido pelo STF, por ocasião do julgamento da PET nº 3388 (caso Raposa Serra do Sol), e reafirmado pela 2ª Turma do Pretório Excelso, quando do julgamento do RMS nº 29087/DF, em 16.09.2014."

O detalhe é que no julgamento da área em questão, a Raposa Serra do Sol, o próprio relator do caso, o ex-ministro do STF, Ayres Britto, definiu que as condicionantes estabelecidas não tinham o caráter vinculante com demais decisões tomadas em relação a outras terras indígenas. Na verdade, enquanto os procedimentos de demarcação das terras indígenas se encontram paralisados em âmbito nacional desde o ano de 2013, os ruralistas têm se movimentado a todo momento para reduzir territórios, em benefício do agronegócio, os procedimentos demarcatórios por meio de inúmeras proposições legislativas e/ou administrativas, como a PEC 215/2000, a Portaria 303/2012 da Advocacia Geral da União (AGU), o PLP 227/2012 e, mais recentemente, através da incidência em instâncias judiciais às quais têm acesso.

A procuradoria da Funai ingressou com o pedido de suspensão da liminar de despejo no STF e espera-se que justiça seja feita, garantindo aos indígenas um julgamento justo, baseado nos preceitos constitucionais ao invés de ter como base teorias impulsionadas pelo ímpeto do ruralismo.

Hoje, sobre a terra de Kurusu Ambá, existe vida, pintada e simbolizada através do plantio, da casa de reza, da escola, do sorriso das dezenas de crianças que lá vivem falando sua língua e vivendo sua cultura, das práticas tradicionais, dos costumes deste povo que vive na esperança de ter o procedimento demarcatório de sua terra tradicional finalizado.

CONT.



Somente a demarcação deste território ancestral poderá trazer um fim definitivo ao sofrimento que os acompanha há muitas décadas. É preciso lembrar que nos últimos sete anos, o povo de Kurusu Ambá assistiu a mais de dez de suas lideranças serem assassinadas na luta pela retomada de sua própria terra, e que, em consequência direta da paralisação dos estudos demarcatórios, a mesma comunidade assistiu também há muitas outras mortes, sobretudo de crianças, vitimadas pela fome e pela desnutrição. Este número poderá aumentar caso esta decisão temerária de despejo não seja revertida, uma vez que a comunidade indígena já anunciou que prefere morrer a ter de deixar seu território novamente. Na última ordem de despejo contra uma terra indígena, executada pela Polícia Federal no MS, houve resistência e Oziel Gabriel, jovem Terena, acabou assassinado.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em solidariedade ao sofrimento das famílias Kaiowá faz coro ao pedido por um julgamento justo, baseado nos preceitos constitucionais ao invés de interpretações equivocadas. Esta nas mãos do STF garantir que a justiça vigore sobre a força e a vida vigore sobre a morte. Só a Corte Suprema pode impedir que a violência siga sendo a lei mais forte no estado do Mato Grosso do Sul.



Primeiro Conselheiro do Cimi divulga Carta Aberta à Dilma
SÍTIO CIMI, 11.03.2015

Carta Aberta - Meu alerta à presidenta Dilma

Estimada Presidenta Dilma,

Entre 1967 e 1985 andei pelo Brasil “soprando as cinzas” de povos já considerados extintos, buscando animar o fogo escondido sob as cinzas da crueldade histórica e da violência então em curso, pela Ditadura Militar contra os remanescentes povos indígenas brasileiros. Em 1969 criei a Operação Amazônia Nativa (Opan) e em 1972 ajudei a criar o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organizações que até hoje fortalecem a causa destes povos. Considero-me também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores aqui no Norte, em especial, nos municípios de Itacoatiara e Presidente Figueiredo, onde resido. Colaborei na redação do documento que contem as linhas do PT sobre política indigenista, aprovado, por unanimidade, na primeira Assembleia Nacional do Partido em 1980. Gostaria que lesse estas linhas de ação do Partido e comparasse com o que está sendo aplicado pelo seu Governo hoje.

Assim, desde 1963, venho-me dedicando a causa destes remanescentes indígenas cuja sobrevivência era, então, considerada uma “causa perdida”. E a Ditadura Militar já destinava, previamente, as suas terras à latifundiários e mineradores que até hoje estão de olho grande sobre as mesmas. Assim as terras dos kiña ou Waimiri-Atroari, daqui, em cuja cercania moro, já haviam sido destinadas a 14 empresas de mineração.

Colaborei também na organização das primeiras Assembleias indígenas do país, que mudaram a rota da política genocida, montada pelos governos, desde os tempos do Brasil Colônia para o extermínio desses povos. Convivi com eles e de passagem pelas cidades dava notícias da sua situação à professores e alunos de universidades, à comunidades e aos jornais. E enquanto você sofria nas prisões da Ditadura a solidão e a tortura, no interior do país eu sofria a censura e a perseguição dos mesmos militares. O Cimi do qual fui o primeiro secretário executivo sofreu represálias pela Ditadura Militar bem como até hoje continua odiado pelos ditadores modernos instalados no agronegócio, nas mineradoras e na bancada ruralista.

Mas, eis que a partir de 1974 esses povos indígenas começam a se organizar. Mais e mais apoios começam a surgir por todo o Brasil e aqueles povos pobres, os mais pobres do país, cujas terras eram objeto de invasões de grandes projetos do Governo Federal, de grilagem da parte de mineradoras e fazendeiros e cuja sobrevivência era considerada uma “causa perdida”, começam a aparecer insistentes nos jornais e acabaram sendo os primeiros a balançar a Ditadura Militar.

Recordo-me que na virada do ano de 1978-79, a CNBB convidou o líder indígena Daniel

CONT.



Matenho Cabixi, para participar da Assembleia do CELAM em Puebla/México. Os ditadores, por certo já temendo a força indígena, não lhe deram o visto de saída do País.

Em 1980 quando do IV Tribunal Russell sobre os Direitos dos povos Indígenas das Américas, em Rotterdam quis repetir a determinação impedindo a saída do cacique Mario Juruna Xavante, escolhido para presidir aquele Tribunal. Pela primeira vez foi derrotada pela pressão nacional e internacional. Durante a realização do Tribunal os militares ditadores foram forçados a ceder e tive a honra de receber o cacique Juruna no Aeroporto de Amsterdam e acompanhá-lo até o local da realização do Tribunal, onde ainda chegou a tempo para presidir a sessão de encerramento.

É possível que você nunca tenha tido a experiência de sentir a força que estas populações humildes, sem armas e sem voz, encerram, achando, por isso, que só os poderosos, os donos das empresas e os políticos lhe possam dar governabilidade. Tudo bem, com eles você chegará ao fim do seu governo, mas de que forma? Com certeza, frustrada e derrotada nos ideais que a levaram a sofrer prisão e torturas, e mais humilhada do que se tivesse governado apenas um dia ao lado dos perseguidos e oprimidos por esses poderosos que agora a dominam e a encurralam. Pois não foram certamente os indígenas os autores do "panelaço", durante a sua fala ao povo brasileiro e nem da recente parada nacional dos caminhoneiros, como não foram os Mapuche do Chile que organizaram em 1973 a greve dos caminhoneiros que derrubou o Governo Allende.

Além do mais os povos indígenas vivem o socialismo. E o PT não é um partido socialista? Não estão eles abrindo caminho ao socialismo que o PT está buscando? Por que, então, este desrespeito aos seus direitos e abandono quando os favorecidos diretos são os maiores inimigos do socialismo? Tudo isto é ininteligível neste seu governo, e intolerável.

Finalmente, muito maior e mais grave do que nós sofremos durante a Ditadura Militar, foi o sofrimento dos povos indígenas neste mesmo período, pois atingia não apenas adultos, mas a todo o povo igualmente. O mesmo PARASAR que bombardeou os guerrilheiros do Araguaia nos anos 70, no mesmo período, bombardeou aldeias Waimiri-Atroari. Daí a minha pergunta: Por que não aliviar de uma vez o sofrimento destes povos? Sofrimento que continua igual? Por quê?

Casa da Cultura do Urubuí – 10 de março de 2015.

Egydio Schwade



Conselheiros Locais de Saúde Indígena do DSEI Vilhena são capacitados

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 11.03.2015

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vilhena, em parceria com o Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), iniciou nessa terça-feira (10) as capacitações para conselheiros Locais de Saúde Indígena no município de Cacoal (RO).

De acordo com a coordenadora do DSEI, Alda da Silva Uchoa, "a capacitação de conselheiro indígena local de saúde tem como objetivo oportunizar que eles conheçam seu papel, sensibilizá-los e conscientizá-los quanto à responsabilidade sobre as políticas públicas de saúde, contribuindo também para o fortalecimento do Controle Social".

A capacitação tem como temas: História das Políticas Públicas do Sistema Único de Saúde (SUS), Fundamentação Legal da Assistência à Saúde Diferenciada aos Povos Indígenas, Subsistema de Saúde Indígena (SasiSUS), princípios do SUS e legislação, além de dinâmicas e vídeos.

Participam conselheiros usuários, conselheiros distritais, coordenadora distrital, presidente do Condisi, chefes dos Polos Bases, Responsáveis Técnicos das Casas de Saúde Indígena (CASAIs) e apoiadores. A próxima capacitação acontecerá no dia 12 deste mês, em Vilhena (RO), e na semana de 16 a 20 de março será realizada nos municípios de Juína e Aripuanã (MT).



Secretário e vereador indígena discutem a situação do DSEI Kayapó MT

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 11.03.2015

O secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, e o vereador do município de São José do Xingu (MT), Matudjo Metuktire, estiveram reunidos na manhã dessa terça-feira (10), em Brasília (DF), para buscar soluções ao impasse gerado no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Kayapó Mato Grosso, ocupado há mais de um mês por um grupo de indígenas. Desde que o movimento foi deflagrado, o DSEI teve as suas atividades administrativas paralisadas, prejudicando o funcionamento dos serviços assistenciais nas aldeias e preocupando dezenas de comunidades de outras etnias que desaprovam a manifestação.

“O DSEI precisa ser liberado para que os profissionais voltem a trabalhar e sem nenhum constrangimento ou forma de pressão. O movimento está prejudicando a própria população indígena atendida pelo distrito. Nós já solicitamos a reintegração de posse da sede do DSEI na justiça e estamos aguardando o resultado. Queríamos que esta solução fosse resolvida da melhor forma possível, mas os líderes do movimento não querem ceder”, lamentou o secretário Antônio Alves.

Alves ressaltou que a Sesai sempre esteve aberta ao diálogo com todas as lideranças indígenas da região e repudiou a forma truculenta e intransigente com que os líderes do movimento estão exigindo exonerações e nomeações para cargos na gestão do distrito. “O movimento não está discutindo melhorias para saúde da população, mas exigindo cargos da administração e consequentes exonerações. Não vamos por pessoas em cargos sem o devido perfil técnico. É preciso, antes de tudo, qualificação para assumir os cargos da gestão do DSEI”, reforçou Alves.

Durante o encontro, o vereador Matudjo Metuktire lamentou a situação a que chegou o movimento. “Estive lá e tentei convencer os líderes a desocupar o distrito e fazer a negociação de forma amigável. Toda a comunidade está preocupada com a paralisação dos serviços. As obras estão paradas, os processos administrativos paralisados. Tentei explicar a eles que o DSEI não é apenas dos Kayapós, mas existem algumas lideranças que não querem ceder”, lamentou.

O secretário Antônio Alves garantiu ao vereador que tão logo o distrito seja desocupado e os serviços normalizados, a Sesai encaminhará uma equipe técnica para ajudar no levantamento das demandas assistenciais e administrativas do DSEI. “Vamos levantar todos os problemas do distrito e construir conjuntamente com a comunidade, por meio dos conselhos locais e distrital de saúde indígena, um plano de ação para resolver todos os problemas apresentados”, reforçou.

Por Felipe Nabuco



Boletim de Notícias - Edição nº 44/2015

Brasília, 11 de março de 2015.

Índio quer abrigo
SÍTIO ISA, 11.03.2015

Fonte: OESP, Caderno 2, p. C2

À espera de novos passos da Lava Jato - que se voltará ao setor elétrico -, Funai e Norte Energia acabam de receber ultimato da Justiça: têm 60 dias para resolver pendências com índios na região de Belo Monte.

É que uma das condições para a obra era a reestruturação da sede da fundação, o que não aconteceu até agora.

OESP, 11/03/2015, Caderno 2, p. C2

<http://blogs.estadao.com.br/sonia-racy/indio-quer-abrigo/>



O STF golpeará a Constituição Federal e os Povos Indígenas?

SÍTIO PRAVDA.RU, 11.03.2015

Por Cleber César Buzatto - Secretário Executivo do Cimi

Recentes decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) restringem, de forma violenta e radical, o alcance do conceito de terra tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas consignado no Artigo 231 da Constituição brasileira. Ao decidir o caso da Petição 3388, o Pleno do STF designou a data da promulgação da Constituição como referência para caracterizar a referida tradicionalidade, destacando, porém, que o fato dos indígenas não estarem na posse da respectiva terra devido à ocorrência de "renitente esbulho" por parte de não indígenas seria a garantia de que o direito desses povos sobre suas terras estavam mantidos.

Ao dar provimento ao Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 803.462, relativo à Terra Indígena Limão Verde, do povo Terena, MS, em dezembro de 2014, o ministro Teori Zavaski, seguindo o ministro Gilmar Mendes - intelectual orgânico do ruralismo dentro do Supremo e redator dos acórdãos de outros dois agravos, também da 2ª Turma, que anularam portarias declaratórias de terras dos povos Guarani-Kaiowá, MS, e Canela-Apãiekra, MA -, caracterizou, a nosso ver de maneira reducionista e antiindígena, o conceito de "renitente esbulho".

Para ele, "Renitente esbulho não pode ser confundido com ocupação passada ou com desocupação forçada, ocorrida no passado. Há de haver, para configuração de esbulho, situação de efetivo conflito possessório que, mesmo iniciado no passado, ainda persista até o marco demarcatório temporal atual (vale dizer, a data da promulgação da Constituição de 1988), conflito que se materializa por circunstâncias de fato ou, pelo menos, por uma controvérsia possessória judicializada". Zavaski fez uso dessa caracterização para negar o direito dos Terena à sua terra tradicional. [Leia aqui.](#)

Na prática, tal interpretação do Artigo 231 da Constituição reduz o direito dos povos às suas terras tradicionais a duas situações hipotéticas absurdamente limitadas. Ou seja, para terem o direito às suas terras, os indígenas teriam que estar fisicamente sobre elas em 5 de outubro de 1988 ou, na hipótese de não estarem fisicamente sobre as terras, deveriam estar disputando judicialmente ou em "efetivo conflito possessório" com os fazendeiros na mesma data.

Diante dessa decisão, cumpre-nos perguntar: era a intenção do Constituinte, ao grafar o Artigo 231 na Constituição brasileira, reconhecer, aos povos indígenas, o direito restrito apenas àquelas terras que eles já detinham a posse física na data da promulgação da Constituição ou que estivessem disputando essa posse judicialmente ou por meio do conflito deflagrado, ou seja, em estado de guerra, com os fazendeiros invasores? É óbvio que não.

CONT.



Estamos diante de uma situação profundamente sensível. Uma eventual confirmação dessa decisão pelo Pleno do STF seria uma sinalização evidente, para os povos indígenas, de que a guerra é um mecanismo, mais do que legítimo, necessário para que mantenham o direito sobre suas terras tradicionais. É esse mesmo o sinal que o STF está disposto a dar para os povos indígenas do Brasil? A mesma decisão seria, concomitantemente, uma sinalização evidente, para os históricos e novos invasores de terras indígenas, que o mecanismo da "desocupação forçada" dos povos é, mais do que legítimo, conveniente e vantajoso para os seus intentos. É esse mesmo o sinal que o STF está disposto a dar aos inimigos dos povos indígenas do Brasil?

Rogamos que os ministros do Supremo usem o bom senso e o senso de justiça como alicerces de suas decisões e revoguem a decisão em questão propalada pela 2ª. Turma. A Suprema Corte do Poder Judiciário brasileiro não pode ser transformada num lavatório das mãos daqueles que as sujaram e sujam com o sangue dos povos e lideranças indígenas de nosso país.

MST e pescadores acampam em prédio da SDA, em Fortaleza

SÍTIO GLOBO.COM, 11.03.2015

*Cerca de 600 manifestantes reivindicam plano de convivência com seca.
Trabalhadores protestaram na frente do BNB, na terça (10).*



MST acampa (Foto: MST/Divulgação)

Cerca de 600 manifestantes acampam desde 5h da manhã desta quarta-feira (11) na secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará, na Avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza. Os trabalhadores devem ter reunião ainda nesta tarde com o secretariado de Desenvolvimento Agrário.

Membros do MST, Movimento da Via Campesina, Pescadores Artesanais e Levante Popular da Juventude reivindicam pontos como um plano de convivência com a seca e reavaliação de políticas estruturais para os trabalhadores.

Na terça-feira (10), MST e pescadores estiveram acampados na sede do Banco do Nordeste do Bairro Passaré, em Fortaleza. O membro do MST, Messias Bezerra, informou ao G1 que dois pontos principais foram discutidos em reunião com diretoria do BNB: renegociação de dívida agrícola e implantação de novo crédito emergencial. Uma nova reunião com o superintendente regional do banco foi marcada para o dia 23 de março.



CHEIA - Rio Madeira atinge cota de inundação e Defesa Civil trabalha na remoção de famílias

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 11.03.2015

O rio Madeira atingiu às 10h desta quarta-feira (11) a cota de 17 metros (veja gráfico), que pelo sistema de alerta do monitoramento realizado pelo Sistema Geológico Brasileiro (CPRM) é considerado "alerta de inundação", com isso o rio que tem oscilado muito nesses últimos dias no nível, hoje manteve a variação entre 16,96 metros até 17m e a cheia prossegue atingindo ruas e bairros da região central, próximo a área portuária e ribeirinha.

Visualização das informações do ponto de monitoramento		
Ponto de monitoramento		
Nome: 15400000 - PORTO VELHO		
Sigla: PVL	Latitude: 8° 44' 54"	Longitude: 63° 55' 1"
Rio:	Área: 976000	Altitude: 42
Resultados de Acompanhamento Hidrológico		
Data	Hora	Cota (cm) - 15400000
10/03/2015	16:30	1.697,0
10/03/2015	16:45	1.695,0
10/03/2015	17:00	1.693,0
10/03/2015	17:15	1.693,0
11/03/2015	01:30	1.691,0
11/03/2015	01:45	1.692,0
11/03/2015	02:00	1.691,0
11/03/2015	02:15	1.692,0
11/03/2015	11:30	1.696,0
11/03/2015	11:45	1.699,0
11/03/2015	12:00	1.700,0
Legenda		
PVL : 15400000 - PORTO VELHO		
Alertas		

O serviço de remoção das famílias atingidas no setor da Balsa e região Norte de Porto Velho tem sido feito sob a supervisão da Defesa Civil do Município que já deslocou equipes para dar assistência e ajudar na locomoção dessas famílias. Ativou abrigos para famílias que não

CONT.



possuem parentes ou não tem local para ficar longe de suas casas. Nesse caso a prefeitura não disponibiliza auxílio moradia de 500 reais. Apenas para situações em que os desabrigados são removidos para outras residências, seja de familiares ou amigos. Todas elas devidamente cadastradas junto a Secretaria Municipal de Ação Social (Semas), que trabalha em parceria com a Defesa Civil.

As águas do Madeira já estão atingindo o deque que fica localizado no Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, próximo aos galpões. Vale ressaltar que ao contrário do ano passado, quando ocorreu a maior cheia da história de Rondônia – quando foi atingida a marca histórica de 19,74 metros -, o rio este ano está dois metros menos cheio que no mesmo período de 2014, o que tranquiliza autoridades e a comunidade ribeirinha.

A previsão do aumento de chuvas neste mês de março deve manter a cheia progressiva do rio Madeira, mas sem a mesma intensidade do ano passado. Ainda que ocorram chuvas nas cabeceiras do rio Beni, na Bolívia, e Mamoré, nada que mude a perspectiva este ano de ser uma cheia considerada “normal”.

Na área central de Porto Velho as águas do Madeira tomam ruas e deixaram ruas intransitáveis ou isoladas. O acesso está sendo feito nas ruas adjacentes ainda não atingidas e parte do comércio da região já foi fechado.

De acordo com dados da Prefeitura o alagamento já atingiu de forma mais crítica três bairros na área urbana, Triângulo, São Sebastião e Milagres. Sendo que no São Sebastião famílias que moram no Beco Gravatal já foram orientadas e deslocadas da área, que está alagada.

Pessoas ou famílias que se encontram em estado de alerta e já se sentem prejudicadas pelos alagamentos podem entrar em contato para remanejamento pelo telefone disponibilizado pela Prefeitura no número 3901-3020.